

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. –
em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
findo em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem do Presidente

2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “*mau humor*” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) abordamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas; no setor de Energia, novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – em torno de R\$ 5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

Já para controladora a Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorreremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPI's IPM e IOG, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz responsável decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o trânsito em julgado.

2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento devido as esferas política e econômica que estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, trará desajuste na economia potencializando atraso nas decisões de novos investimentos. Como nosso mercado depende de investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente estável nos campos político, econômico e regulatório, nos remeterá a incertezas quanto a retomada do mercado.

Por outro lado, para embasar nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Econômico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação de dívidas com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims, venda de ativos e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Estamos confiantes, vamos em frente!

Um forte abraço,
Ricardo Aquino Filho 2022,

Desempenho do exercício de 2022 e Principais Conquistas

1) Principais conquistas de 2022

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

- Decisão Judicial em novembro de 2022 do encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após fechamento da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor;
- Leilão da UPI's IPM e IOG;
- A nova empresa do Grupo Inepar/lesa, a ENISA se apresenta ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para os seus mercados core - Energia e O&G principalmente;
- Estimamos para 2023 prospecções de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

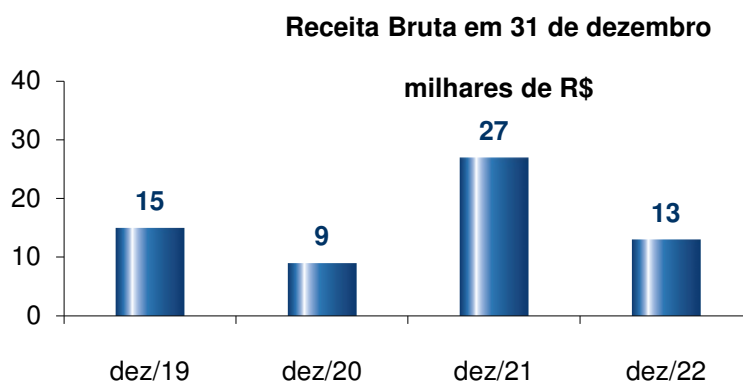
2) Desempenho do Exercício de 2022

Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2022 foram aproximadamente 50% inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**



Resultado Econômico

O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 177,4 milhões, enquanto que, no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 451,3 milhões. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, e pelo acordo assinado com a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

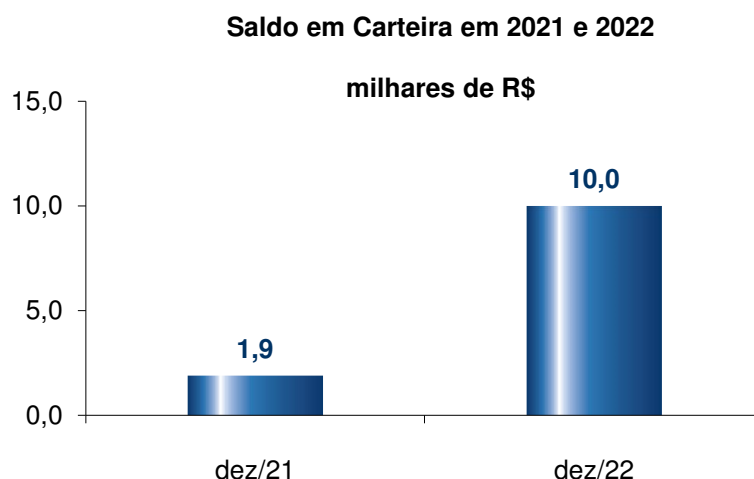
Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos financeiros, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outras contingências passivas o que representou um total de R\$ 150 milhões.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 7,6 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia e pelos reconhecimentos de custos complementares dos projetos que estão em fase de encerramento das empresas e consórcios que a controlada IESA Óleo & Gás detêm participação.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**



O Grupo Inepar/lesa vem intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras-concessionárias e Consórcios Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geração de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelem, Nuclep, Iplan-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC's o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar/lesa, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, o Grupo Inepar/Iesa vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 42,5	R\$ 70,7	R\$ 2.367,6

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Em 07/11/2022, o Grupo Inepar/lesa apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Vale destacar que, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento das empresas, foi interposto pelas Recuperandas Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivo trabalhista superior a 230 milhões de reais, sendo livre de dúvidas a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, o Grupo Inepar/lesa a, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que teve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI IPM IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a o Grupo Inepar/lesa mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e de Charqueadas;
- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem datade origem igual ou superior a 7 anos.
Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades operacionais.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributária da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

No curto prazo, as empresas tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller&Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Jair Malpica
Contador
CRC - SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.688	10.176	1.713	10.191
Contas a receber de clientes	7	5.281	4.104	5.281	4.191
Estoques	8	7.185	8.936	7.244	8.936
Tributos a recuperar	9	51.104	51.726	71.003	71.625
Dividendos a receber	10	-	-	14.796	15.696
Outros créditos	12	195	679	609	1.329
Total do Ativo Circulante		65.453	75.621	100.646	111.968
Não Circulante					
Contas a receber de clientes	7	89.467	89.467	89.467	89.467
Partes relacionadas	21	-	20	-	614
Tributos a recuperar	9	35.297	31.214	51.148	57.220
Depósitos judiciais	11	8.965	8.936	58.593	200.973
Outros créditos	12	-	-	33	58
Investimentos	13	55.121	149.141	79.880	80.847
Imobilizado	14	13.912	15.408	117.654	120.686
Intangível	15	-	-	743	2.315
Total do Ativo Não Circulante		202.762	294.186	397.518	552.180
Total do Ativo		268.215	369.807	498.164	664.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Jair Malpica
Contador
CRC - SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		17.857	21.226	33.306	40.061
Empréstimos e financiamentos	16	44.354	23.329	155.748	169.994
Obrigações sociais e trabalhistas	17	41.457	39.090	136.142	137.544
Obrigações fiscais e tributárias	18	93.872	56.346	128.877	76.240
Adiantamentos sobre encomendas	20	33.135	34.803	33.143	34.803
Dividendos propostos		-	-	24	24
Outras contas a pagar	23	95.658	75.223	105.299	79.348
Total do Passivo Circulante		326.333	250.017	592.539	538.014
Não Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	-	2.404	-	2.404
Obrigações fiscais e tributárias	18	210.207	231.485	291.969	320.459
Partes relacionadas	21	458.839	460.626	273.146	308.835
Impostos diferidos	19.1	42.826	41.704	58.753	57.647
Provisões para contingências	22	56.749	45.355	96.424	75.886
Provisão para passivo a descoberto		-	-	8.948	6.847
Total do Passivo Não Circulante		768.621	781.574	729.240	772.078
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	24a	200.809	200.809	200.809	200.809
Prejuízos acumulados		(1.103.510)	(938.899)	(1.103.510)	(938.899)
Ajuste de avaliação patrimonial		75.962	76.306	75.962	76.306
		(826.739)	(661.784)	(826.739)	(661.784)
Patrimônio líquido dos minoritários		-	-	3.124	15.840
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(826.739)	(661.784)	(823.615)	(645.944)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		268.215	369.807	498.164	664.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração de Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	25	9.297	8.715	10.399	24.385
Custos dos produtos e serviços		(17.388)	(11.870)	(18.013)	(15.801)
Lucro bruto		(8.091)	(3.155)	(7.614)	8.584
Receitas [Despesas] operacionais		(105.331)	447.246	(20.129)	491.251
Despesas com vendas		(594)	(587)	(2.769)	(2.591)
Administrativas e gerais		(9.662)	(19.532)	(20.093)	(48.388)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(1.213)	355.527	6.522	538.455
Resultado da avaliação de investimentos	13	(93.862)	111.838	(3.789)	3.775
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(113.422)	444.091	(27.743)	499.835
Despesas financeiras	26	(54.700)	(34.081)	(148.695)	(87.699)
Receitas financeiras	26	364	33.229	6.124	35.928
Resultado antes dos tributos s/ o lucro		(167.758)	443.239	(170.314)	448.064
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Correntes	19.2	-	-	-	-
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Diferidos	19.2	2.961	(6.870)	(7.177)	3.241
Resultado antes da participação s/ o lucro		(164.797)	436.369	(177.491)	451.305
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício		(164.797)	436.369	(177.491)	451.305
Atribuído a:					
Participação acionistas controladores				(164.797)	466.241
Participação acionistas minoritários				(12.694)	(14.936)
				(177.491)	451.305
Quantidade de ações ao final do exercício	32	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>		
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	32	<u>(0,8207)</u>	<u>2,1731</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2021	200.809	(1.375.461)	7.072	69.169	(1.098.411)	868	(1.097.543)
Resultado do exercício		436.369			436.369	14.937	451.306
Ajustes de Instrumentos Financeiros				258	258	-	258
Ganho na conversão de debêntures perpétuas				-	-	-	-
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	35	35
Outros Resultados Abrangentes					258	35	293
Resultado Abrangente Total					436.627	14.972	451.599
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		193	(193)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	200.809	(938.899)	6.879	69.427	(661.784)	15.840	(645.944)
Resultado do exercício		(164.797)			(164.797)	(12.694)	(177.491)
Ajustes de Instrumentos Financeiros				(158)	(158)	-	(158)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	(22)	(22)
Outros Resultados Abrangentes					(158)	(22)	(180)
Resultado Abrangente Total					(164.955)	(12.716)	(177.671)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		186	(186)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	200.809	(1.103.510)	6.693	69.269	(826.739)	3.124	(823.615)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jair Malpica
Contador
CRC - SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	(164.797)	436.369
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(158)	258
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	(22)	35
Participação dos Minoritários	(12.694)	14.937
Resultado Abrangente do exercício	(177.671)	451.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jair Malpica
Contador
CRC - SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais				
Resultado do exercício	(164.797)	436.369	(164.797)	436.369
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.734	1.902	4.378	5.575
Baixas de imobilizado	445	-	909	1.918
Resultado da avaliação de investimentos	93.862	(111.838)	3.789	(3.775)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(12.694)	14.936
Variações monetárias e cambiais	140	2.919	61.677	44.038
Provisões (Reversões)	11.394	(46.648)	20.538	(188.087)
Resultado do exercício ajustado	(57.222)	282.704	(86.200)	310.974
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de clientes	(1.177)	(91.395)	(1.090)	407.477
Estoques	1.751	(3.105)	1.692	(3.104)
Tributos a recuperar	(2.339)	(43.131)	7.800	(56.348)
Outros créditos	455	479	143.125	(147.491)
	(1.310)	(137.152)	151.527	200.534
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	(3.369)	(8.608)	(6.755)	(18.327)
Obrigações sociais e trabalhistas	(37)	(33.286)	(3.805)	(38.476)
Obrigações fiscais e tributárias	16.248	(180.869)	24.147	(296.736)
Provisões Impostos Diferidos	-	-	-	-
Adiantamentos sobre encomendas	(1.668)	(5)	(1.660)	(3.932)
Outras contas a pagar	20.435	(3.480)	25.927	(6.535)
	31.609	(226.248)	37.854	(364.006)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(26.923)	(80.696)	103.181	147.502
Atividades de investimentos				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	-	65
Ganho sobre participações	-	-	22	(100)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(683)	(1.416)	(683)	(1.416)
Partes relacionadas	20	39.295	614	37.053
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(663)	37.879	(47)	35.602
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	20.885	-	20.885	6.200
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(76.400)	(95.266)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(20.408)	-
Partes relacionadas	(1.787)	52.889	(35.689)	(83.975)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	19.098	52.889	(111.612)	(173.041)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(8.488)	10.072	(8.478)	10.063
Saldo inicial do caixa e equivalentes	10.176	104	10.191	128
Saldo final do caixa e equivalentes	1.688	10.176	1.713	10.191
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	(8.488)	10.072	(8.478)	10.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	12.798	287.405	24.334	603.575
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.581	11.004	12.727	26.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.469)	(3.635)	1.332	(5.594)
Outras Receitas/Despesas	2.686	280.036	10.275	582.397
Insumos adquiridos de terceiros	(20.213)	56.373	(31.195)	(86.254)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(11.230)	(7.249)	(11.854)	(9.689)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.983)	63.622	(19.341)	(76.565)
Valor adicionado bruto	(7.415)	343.778	(6.861)	517.321
Depreciação e Amortização	(1.734)	(1.902)	(4.378)	(5.574)
Valor adicionado líquido	(9.149)	341.876	(11.239)	511.747
Valor adicionado recebido em transferência	(93.498)	145.067	2.335	39.703
Resultado de Equivalência Patrimonial	(93.862)	111.838	(3.789)	3.775
Receitas Financeiras	364	33.229	6.124	35.928
Valor adicionado total a distribuir	(102.647)	486.943	(8.904)	551.450
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	6.125	6.272	8.007	11.047
Salários e encargos	3.669	3.217	4.577	6.401
Benefícios	2.195	1.954	3.097	3.045
FGTS	261	1.101	333	1.601
Impostos, taxas e contribuições	1.182	9.904	11.637	963
Federais	-	8.554	10.425	(449)
Estaduais	1.116	1.344	1.146	1.406
Municipais	66	6	66	6
Remuneração de capitais de terceiros	54.843	34.398	148.943	88.135
Juros	54.700	34.080	148.695	87.699
Aluguéis	143	318	248	436
Remuneração de capitais próprios	(164.797)	436.369	(177.491)	451.305
Prejuízo do exercício	(164.797)	436.369	(164.797)	436.369
Participação de acionistas minoritários	-	-	(12.694)	14.936
Valor adicionado total distribuído	(102.647)	486.943	(8.904)	551.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Jair Malpica
 Contador
 CRC - SP-100417/O-6

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto operacional

A IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 29.918.943/0008-56, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0019699 6. Está sediada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, s/nº KM 4,5 – Zona Rural, CEP 14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer, para os setores de infraestrutura e indústria, estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagens e assistência técnica relacionada às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29 de agosto de 2014, a IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo Inepar/lesa,

A Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, considerando os 3 últimos anos.

A Inepar/lesa mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 26/08/2022, através de Fato Relevante, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Empresa Melville Capital Group LLC, apresentou nova proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG, pelo mesmo montante apresentado pela SEFRAN no Leilão realizado em 28/04/2022.

No atual momento a Companhia aguarda a concretização dessa proposta apresentada pela Melville Capital Group.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente manifestou seu interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I,II,III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incotroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incotroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,2	R\$ 13,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 42,5	R\$ 70,7	R\$ 2.367,6

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de recuperação. A homologação dessa decisão deverá tomar ainda alguns meses, devidos a todas as providências a serem tomadas nesse sentido.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 2 - Bases de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2023.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação %	
	31/12/2022	31/12/2021
IESA Óleo & Gás S.A.	88	88
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	100	100

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pela NBC TG 36 (R3) e alterações incluídas através da IFRS 10, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores das participações dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e,
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversões em moeda estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participações nos lucros e resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente- A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos serviços prometidos a um cliente;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22 – Pronunciamentos contábeis e interpretações e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 – Instrumentos financeiros por categorias

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		balanço patrimonial	Custo amortizado
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	10.176	-	10.176	Fornecedores	21.226	21.226
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	23.329	23.329
Contas a receber	-	4.104	4.104	Outras contas a pagar	75.223	75.223
Titulos valores mobiliários	-	-	-			
Outros créditos	-	679	679			
Total circulante	10.176	4.783	14.959	Total circulante	119.778	119.778
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	-			
Total não circulante	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	10.176	94.250	104.426	TOTAL GERAL	119.778	119.778

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		balanço patrimonial	Custo amortizado
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.688	-	1.688	Fornecedores	17.857	17.857
Contas a receber	-	5.281	5.281	Empréstimos e financ. (a)	44.354	44.354
Outros créditos	-	195	195	Outras contas a pagar	95.658	95.658
Titulos e valores mobiliários	-	-	-			
Total circulante	1.688	5.476	7.164	Total circulante	157.869	157.869
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	89.467			
Total não circulante	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	1.688	94.943	96.631	TOTAL GERAL	157.869	157.869

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	10.191	-	-	10.191	Fornecedores	40.061	40.061
Aplicações financeiras	-	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	169.994	169.994
Contas a receber	-	4.191	-	4.191	Títulos a pagar	-	-
Títulos valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	79.348	79.348
Outros créditos	-	1.329	-	1.329	Total Circulante	289.403	289.403
Total circulante	10.191	5.520	-	15.711			
Não circulante					Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	-	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	58	58	Total Não circulante	-	-
Total Não circulante	-	89.467	58	89.525			
TOTAL GERAL	10.191	94.987	58	105.236	TOTAL GERAL	289.403	289.403

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	1.713	-	-	1.713	Fornecedores	33.306	33.306
Contas a receber	-	5.281	-	5.281	Empréstimos e financ. (a)	155.748	155.748
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	105.299	105.299
Outros créditos	-	609	-	609	Total Circulante	294.353	294.353
Total circulante	1.713	5.890	-	7.603			
Não circulante					Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	-	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	33	33	Total não circulante	-	-
Total não circulante	-	89.467	33	89.500			
TOTAL GERAL	1.713	95.357	33	97.103	TOTAL GERAL	294.353	294.353

(a) Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 6 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	1.688	10.176	1.713	10.191
Total	1.688	10.176	1.713	10.191

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa, contas correntes bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nota 7 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cientes Interno	137.722	137.362	137.722	139.686
Cientes externo	-	2.589	-	2.589
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(42.974)	(46.380)	(42.974)	(48.617)
Total Circulante	94.748	93.571	94.748	93.658
Circulante	5.281	4.104	5.281	4.191
Não circulante	89.467	89.467	89.467	89.467

Os valores contabilizados em Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

O saldo no valor de R\$ 89.467, classificado no ativo não circulante, refere-se ao pleito discutido judicialmente e reconhecido em 30 de junho de 2021, com trânsito em julgado e crédito constituído sobre o reconhecimento da causa em favor da empresa,

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2021	(46.380)
(-)Ajuste de provisão	3.406
Saldos em 31/12/2022	(42.974)

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos em elaboração	2.222	2.750	2.222	2.750
Insumos e materiais	4.034	4.506	4.035	4.506
Adiantamentos a fornecedores	929	1.636	987	1.636
Importação em andamento	-	44	-	44
	7.185	8.936	7.244	8.936

O saldo de estoques em elaboração refere-se aos custos das obras em andamento que foram apurados pela Companhia e que ainda não foram faturados aos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Quanto ao saldo dos estoques de insumos e materiais, refere-se aos produtos comprados e que ainda não foram requisitadas para a linha de fabricação.

Nota 9 – Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS Retido na Fonte	17	15	17	15
ICMS	-	528	103	633
IPI	-	85	37	122
Créditos PIS/COFINS a Compensar	-	10	-	3.190
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	25.953	22.951	37.609	42.073
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	9.343	8.263	13.539	15.147
IRRF/ CSLL Retido na Fonte	-	-	157	157
Créditos Reintegra (a)	205	205	16.819	16.819
Outros (b)	50.883	50.883	54.064	50.689
	86.401	82.940	122.151	128.845
Circulante	51.104	51.726	71.003	71.625
Não circulante	35.297	31.214	51.148	57.220

(a) Refere-se aos créditos de ressarcimento do programa Reintegra obtidos pelas exportações dos materiais do Projeto de Charqueadas, fornecimentos de equipamentos para a Tupi-BV;

(b) Refere-se ao crédito do Pis e Cofins sobre o ICMS, recuperado conforme Decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 10 – Dividendos a receber

	Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendos a receber	14.796	15.696
	<u>14.796</u>	<u>15.696</u>

Refere-se a dividendos a receber de empresas constituídas com fins específicos de realizar projetos de infraestrutura.

Nota 11 – Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	1.740	3.363	10.102	12.282
Tributários	83	-	83	-
Cíveis	7.142	5.573	48.408	188.691
Total	<u>8.965</u>	<u>8.936</u>	<u>58.593</u>	<u>200.973</u>

Trabalhistas – Referem-se às reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios em que a Companhia está discutindo judicialmente.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança, indenização e valores bloqueados por instituições financeiras, cujos valores a empresa está em tratativas para a devolução dos mesmos.

O valor de R\$ 188.691 no consolidado de 31/12/2021, refere-se principalmente aos valores recebidos da Arbitragem da Tupy/BNV, e o valor de R\$ 48.408 de 31/12/2022, refere-se a diversos processos cíveis.

Nota 12 – Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a empregados	176	310	176	594
Adiantamentos a fornecedores	-	-	413	-
Venda de investimentos	-	219	-	219
Outros	19	150	53	574
Total	<u>195</u>	<u>679</u>	<u>642</u>	<u>1.387</u>
Circulante	195	679	609	1.329
Não circulante	-	-	33	58

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 13 – Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas e Coligadas (a)	55.121	149.141	35.827	36.794
Propriedade para Investimento (b)	-	-	44.053	44.053
	55.121	149.141	79.880	80.847

(a) Participações em empresas controladas e coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência 31/12/2022	Investimentos	
					31/12/2022	31/12/2021
<u>Controladas e Coligadas</u>						
IESA Óleo & Gás S.A.	102.996	26.035	(105.784)	(93.090)	22.913	116.160
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	56.747	31.608	(772)	(772)	31.608	32.381
FIDC (c)	-	-	-	-	600	600
				(93.862)	55.121	149.141

	possuídas (em milhares) O. N.	Participação em %	Participação no capital votante em %
IESA Óleo & Gás S.A.		88	88,00
IESA Tecnologia e Transportes S.A.		100	100,00

b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo preço de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC ©	-	-	-	-	-	600	-
TOTAL	434.331	295.729	1.557	138.602		80.847	346

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2022							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.810	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	98.965	65.552	(15.747)	(64.908)	13,25%	-	(2.087)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	
QGI BRASIL	156.214	90.089	(19.036)	151.057	19,53%	29.502	(1.665)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(8.514)	(911)	35,00%	-	(14)
Imóvel de Magé	-	-	(41)	-	0,00%	44.053	
FIDC ©	-	-	-	-	-	600	
TOTAL	393.959	267.977	(50.252)	112.143		79.880	(3.789)

c) FIDC Taranis

Corresponde ao Fundo de investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente. As cotas do fundo serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo, em conformidade com o disposto no regulamento.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 – Imobilizado

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Locação maq.	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	e Equipamentos	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação		2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021									
Custo	-	7.845	30.912	1.107	1.709	1.179	8.467	-	51.219
Depreciação Acumulada	-	(3.867)	(20.789)	(1.073)	(1.613)	(676)	(7.793)	-	(35.811)
Valor contábil líquido	-	3.978	10.123	34	96	503	674	-	15.408
Adições	-	-	535	-	-	143	5	-	683
Baixas	-	-	(999)	-	-	-	-	-	(999)
Depreciação	-	(241)	(985)	(3)	-	(43)	(461)	-	(1.733)
Baixas da Depreciação	-	-	553	-	-	-	-	-	553
Saldo Final	-	3.737	9.227	31	96	603	218	-	13.912
Em 31 de Dezembro de 2022									
Custo	-	7.845	30.448	1.107	1.709	1.322	8.472	-	50.903
Depreciação Acumulada	-	(4.108)	(21.221)	(1.076)	(1.613)	(719)	(8.254)	-	(36.991)
Valor contábil líquido	-	3.737	9.227	31	96	603	218	-	13.912
Consolidado									
	Terrenos	Edificações e	Máquinas e	Móveis e	Locação maq.	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
		Instalações	Equipamentos	Utensílios	e Equipamentos	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação		4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021									
Custo	7.212	23.165	44.900	3.723	1.709	2.294	13.776	79.770	176.549
Depreciação Acumulada	-	(5.825)	(30.416)	(3.429)	(1.613)	(953)	(12.770)	(857)	(55.863)
Valor contábil líquido	7.212	17.340	14.484	294	96	1.341	1.006	78.913	120.686
Adições	-	-	494	-	-	143	5	-	642
Baixas	-	-	(1.735)	(204)	-	(5)	(5.125)	-	(7.069)
Depreciação	-	(275)	(1.691)	(138)	-	(55)	(487)	-	(2.646)
Baixas da Depreciação	-	-	1.169	165	-	5	4.702	-	6.041
Saldo Final	7.212	17.065	12.721	117	96	1.429	101	78.913	117.654
Em 31 de Dezembro de 2022									
Custo	7.212	23.165	43.659	3.519	1.709	2.432	8.656	79.770	170.122
Depreciação Acumulada	-	(6.100)	(30.938)	(3.402)	(1.613)	(1.003)	(8.555)	(857)	(52.468)
Valor contábil líquido	7.212	17.065	12.721	117	96	1.429	101	78.913	117.654

A Companhia procedeu à avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos da Companhia foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Nota 15 – Intangível

	Software	Software Arrendado	Implantação de ERP em Andamento	Total
Custo	18.223	15.907	870	35.000
Amort. Acumulada	(18.478)	(15.708)	(71)	(34.257)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2022	(255)	199	799	743

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 16 – Financiamentos e empréstimos

Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Modalidades				
Arrendamentos Financeiros(a)	-	-	-	55.304
Capital de Giro	44.354	23.329	155.748	114.690
Total Circulante	44.354	23.329	155.748	169.994
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Por data de vencimento				
Vencidos em negociação	44.354	23.329	155.748	169.994
Total de empréstimos e Financiamentos	44.354	23.329	155.748	169.994

- a) Refere-se a um contrato de arrendamento mercantil financeiro de máquinas/equipamentos pactuado pela controlada IESA Óleo e Gás, sendo os bens adquiridos ao final do contrato, tendo como contrapartida no registro inicial, a rubrica de ativo imobilizado. A lesa Óleo&Gás está em renegociação com o credor visando a regularização do passivo.

Nota 17 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	13.007	13.421	60.867	48.383
INSS a recolher	3.828	181	4.309	222
FGTS a recolher	19.862	23.734	39.158	73.509
IRRF a recolher	2.724	2.849	3.088	2.850
Provisão de férias e encargos	2.036	819	2.036	1.057
Outros		490	26.684	13.927
Total	41.457	41.494	136.142	139.948
Circulante	41.457	39.090	136.142	137.544
Não circulante	-	2.404	-	2.404

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 18 – Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	6.427	5.886	12.289	11.436
ISS parcelamento	2.416	2.178	6.501	5.915
Pis/Cofins a recolher	2.553	914	2.725	1.390
Pis/Cofins diferidos	16.843	20.959	17.237	21.353
PIS/COFINS Parcelamento	-	-	5	-
ICMS a recolher	10.505	9.828	12.676	11.826
Impostos e contribuições a recolher-diversos	588	1.475	974	3.590
Parcelamentos Transação Individual PGFN (a)	263.083	246.591	364.032	341.189
Parcelamentos Excepcional	1.664	-	2.062	-
Outros (b)	-	-	2.345	-
Total	304.079	287.831	420.846	396.699
Circulante	93.872	56.346	128.877	76.240
Não circulante	210.207	231.485	291.969	320.459

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% das parcelas.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas.

- b) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941/09, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos da Lei nº 12.996.

Em janeiro de 2020, a Empresa ingressou com requerimentos formulado com base no disposto da Lei nº 13.988/2020 (conversão da Medida Provisória nº 899/2019), agora regulamentada pela Portaria PGFN nº 11.956/2019), que apresenta proposta de transação individual de débitos fiscais inscrito em dívida ativa da União. Estes parcelamentos estão rompidos e foram migrados para os parcelamentos da Transação Individual.

Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF nº 208, de 12 de agosto de 2022 referentes a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, onde a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, cuja situação vem sendo avaliada pela administração efetuando os levantamentos necessários para posterior adesão.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 19 – Tributos diferidos

19.1 Tributos Diferidos

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	31.214	31.214	3.520	4.688	33.496	41.704
Constituição dos Tributos	4.197	4.197	-	-	1.375	1.375
Baixa dos Tributos	(115)	(115)	-	(181)	(72)	(253)
Em 31 de Dezembro de 2022	35.296	35.296	3.520	4.507	34.799	42.826

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	57.182	57.182	3.521	11.784	42.342	57.647
Constituição dos Tributos	4.197	4.197	-	-	1.375	1.375
Baixa dos Tributos	(10.269)	(10.269)	-	(197)	(72)	(269)
Em 31 de Dezembro de 2022	51.110	51.110	3.521	11.587	43.645	58.753

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização ou na compensação das diferenças temporárias ou até o montante dos tributos diferidos passivos provisionados.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(167.758)	443.239	(170.314)	448.064
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Resultado de Equivalência Patrimonial	31.913	(38.025)	33.201	(1.284)
Adições e Exclusões Permanentes	(28.952)	31.155	(40.378)	4.525
IRPJ / CSLL no Resultado	2.961	(6.870)	(7.177)	3.241
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	2.961	(6.870)	(7.177)	3.241
Alíquota Efetiva	1,77%	7,67%	-4,21%	-0,72%

Nota 20 - Adiantamentos sobre encomendas

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 21 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2022:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo não circulante		Ativo não circulante	
	Partes relacionadas		Partes relacionadas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Enisa Energia e Infraestrutura S/A	22	17	22	17
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A	-	3	-	3
QUIP S.A.	-	-	520	-
	22	20	542	20
	Passivo não Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	196.665	234.115	201.567	238.219
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	6.269	9.871	7.015	10.410
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	204.947	165.176	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A.	129	-	129	-
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	20.097	15.325
QGI - Brasil S/A	-	-	28.349	28.349
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.530	16.532	16.531	16.532
IESA Tecnologia S.A. (iii)	34.321	34.932	-	-
	458.861	460.626	273.688	308.835
Saldo Líquido das Partes Relacionadas	458.839	-	273.146	-

- (i) **sociedade controladora**
(ii) **sociedade ligada**
(iii) **sociedade controlada**
(iv) **sociedade coligada**

Contas Correntes – abaixo a movimentação das contas correntes com a empresa controladora e com as empresas ligadas.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2022
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	-	-	-	326	(326)	-
Enisa Energia e Infraestrutura S/A (ii)	17	5	22	17	5	22
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A (ii)	3	(3)	-	3	(3)	-
QUIP S/A	-	-	-	268	252	520
	20	2	22	614	-	542
PASSIVO						
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	234.115	37.450	196.665	238.219	36.652	201.567
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	9.871	3.602	6.269	10.410	3.395	7.015
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	165.176	39.771	204.947	-	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A (ii)	-	129	129	-	129	129
Cia Brasileira de Diques S/A.(v)	-	-	-	15.325	4.772	20.097
QUIP S/A	-	-	-	-	-	-
QGI - Brasil S/A	-	-	-	28.349	-	28.349
Inepar Administração e Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (v)	16.532	2	16.530	16.532	1	16.531
IESA Transportes S.A. (iii)	34.932	611	34.321	-	-	-
	460.626	1.765	458.861	308.835	35.147	273.688
Saldo Líquido das Partes Relacionadas	460.606	458.839		308.221		273.146

A evolução dos saldos decorre, principalmente, da movimentação de recebimentos e pagamentos e de outras transferências de numerários.

Nota 22 – Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Provável		Provável	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	45.355	92.003	75.886	137.677
Adições	11.394	-	20.538	-
(-)Baixas	-	(46.648)	-	(61.791)
Saldo final	56.749	45.355	96.424	75.886

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Provável		Provável	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Cíveis (a)	12.857	3.355	28.344
Trabalhistas (b)	28.694	27.698	51.231	41.338
Tributárias (c)	15.198	14.302	16.850	16.255
Saldo final	56.749	45.355	96.424	75.886

	Controladora		Consolidado	
	Possível		Possível	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	85.759	92.713	117.170	144.803
Trabalhistas (b)	108.497	96.745	129.456	122.981
Tributárias (c)	19.303	14.837	68.363	84.039
Saldo final	213.559	204.295	314.989	351.823

- a) **Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.
- b) **Trabalhistas** - reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.
- c) **Tributários** - constituídos basicamente por processos da área municipal (IPTU/ISS), estadual (ICMS) e Federal (Pis/Cofins/IR/INSS), neste exercício complementamos os valores que constaram no extrato da Receita/PGFN.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 23 – Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A.	5.942	3.112	5.942	3.112
Participação nos Lucros e Resultados	-		2.617	2.617
Gastos com despesas aduaneiras a realizar	-	34	-	34
Outras contas a pagar	89.716	72.077	96.740	73.585
	95.658	75.223	105.299	79.348
Circulante	95.658	75.223	105.299	79.348

No valor de R\$ 96.740 no consolidado estão incluídas as provisões dos passivos considerados no plano de recuperação judicial, cujos valores ainda não foram os respectivos documentos fiscais pertinentes.

Nota 24 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 200.809, representado por 200.808.514 (duzentos milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal.

b) Destinação Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 25 – Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas/Prestação de serviços mercado interno	11.954	11.385	13.100	27.153
(-) Impostos sobre as vendas	(2.657)	(2.670)	(2.701)	(2.768)
	9.297	8.715	10.399	24.385

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da IESA Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões.

Nota 26 – Receitas/despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras				
Financeiras (a)	(13.673)	(18.173)	(107.548)	(60.372)
Juros s/ impostos e contrib.	(40.181)	(15.803)	(40.215)	(26.855)
Outras despesas financeiras	(847)	(105)	(846)	(270)
Variações cambiais	1	-	(86)	(202)
Total de Despesas	(54.700)	(34.081)	(148.695)	(87.699)
Receitas Financeiras				
Financeiras	329	-	337	-
Outras receitas financeiras	35	(686)	5.786	2.013
Ressarcimento Pis/Cofins s/ ICMS	-	33.558	-	33.558
Variações cambiais	-	357	-	357
Total de Receitas	364	33.229	6.124	35.928
	(54.336)	(852)	(142.571)	(51.771)

- a) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos empréstimos e financiamentos.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 27 – Outras receitas e despesas operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de Claim's (a)	-	89.467	-	89.467
Impostos sobre Claim's	-	(8.348)	-	(8.348)
Despesas tributárias	2.359	(69.889)	2.267	(70.477)
Verbas rescisórias	-	(333)	-	(333)
Ociosidade da fábrica (b)	102	(4.151)	102	(4.151)
Provisão para futuras perdas	(11.394)	(23.272)	(19.251)	(30.479)
Reversão de provisões diversas (c)	3.406	80.534	3.708	232.130
Receitas de aluguel	612	432	612	432
Recuperação de despesas -Transação individual (d)	6.501	287.321	8.075	414.599
Outras recuperações	4.024	-	18.802	-
Despesas indedutíveis	(3.825)	-	(6.126)	-
valores da arbitragem Tupi/BV (e)	-	-	-	28.868
Outras receitas/despesas (f)	(1.024)	2.082	(2.000)	(115.090)
Perdas no recebimentos de créditos	(1.470)	-	1.332	-
Resultado na venda do imobilizado	(504)	1.684	(999)	1.807
Total líquido	(1.213)	355.527	6.522	538.425

a) Refere-se aos valores a receber de diversos processos judiciais, referente aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.

b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.

c) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo.

d) Refere-se aos valores da redução dos juros, multas e encargos incidentes sobre o parcelamento efetuado através da Transação Individual, assinado junto a PGFN, por conta da Lei nº 13.988, de 2020 e Portaria PGFN 9.917. que foram parcelados em até 120 parcelas, conforme detalhado na nota explicativa "18".

e) Complemento dos valores recebidos por conta dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto Charqueadas, conforme decisão da Corte Arbitral de Nova York.

f) No valor de R\$ 115.090, do consolidado, estão incluídos os valores de R\$ 54.681 referentes aos ressarcimentos do Pis/Cofins incidentes sobre o ICMS.

Nota 28 – Cobertura de seguros (não auditado)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora "AXA Seguros S.A.".

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 29 – Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	9.555	1.195	10.594	3.076
Gastos Previdenciários	1.727	210	1.978	294
Total	11.282	1.405	12.572	3.370

Os funcionários registrados na Inepar S/A Indústria e Construções, neste exercício foram recadastrados na IESA Projetos.

Nota 30 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas até este exercício os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração de Conselheiros	490	293	490	293
Remuneração de Diretores	1.795	1.374	1.902	2.569
Total	2.284	1.667	2.391	2.862

Nota 31 – Informações por segmento (consolidado)

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	11.954	1.146	13.100
Impostos/Deduções	(2.657)	(44)	(2.701)
Custos dos Produtos e Serviços	(17.388)	(625)	(18.013)
Total	(8.091)	477	(7.614)

Nota 32 – Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(164.797)	436.369
Quantidade de ações ordinárias emitidas	200.809	200.809
Total	200.809	200.809
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	(0,8207)	2,1731

Nota 33 – Tratativas que irão gerar eventos subsequentes

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Companhia com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;
- c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;
- d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.
- e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais. A Companhia vem também negociando com a PGFN o pagamento de parte da sua dívida fiscal com o aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados, conforme previsto em Lei.

Nota 34 - Eventos subsequentes

Foi peticionado ao Juiz da Recuperação Judicial em 07/11/2022, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 09/11/2022, a Inepar publicou 2 fatos relevantes, posicionando o mercado e seus acionistas a respeito da posição atual da Recuperação Judicial.

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de Recuperação Judicial, em função do total cumprimento das obrigações contidas no biênio de fiscalização.

A Inepar aguarda a finalização das negociações para alienação das UPI's IPM e IOG, de acordo com as últimas petições e protocoladas em juízo pela Melville, bem como a concretização de um empréstimo de R\$ 130 milhões em negociação com a Melville.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ricardo de Aquino Filho – Presidente

Iraja Galliano Andrade – Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Araraquara - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para Opinião com Ressalva

Limitação de Escopo de Auditoria

a) Confirmações Externas de Endividamento Bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em Controladas/Coligadas/Consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e da investida FIDC Taranis, tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "13", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza Relevante quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo do exercício de R\$ 177.491 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 491.893 mil, no consolidado, bem como patrimônio líquido a descoberto (negativo) de R\$ 826.739 mil, na controladora e R\$ 823.615 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Saldos contábeis e Transações Mantidos com Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa de R\$ 287.321 mil na controladora e R\$ 414.599 mil no consolidado, no ano-calendário de 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “18”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023.

**GEORGE
ANGNES:68
097760959**

Assinado de forma digital por GEORGE
ANGNES:68097760959
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=000001010120309, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5,
ou=36096383000190, ou=PRESENCIAL,
cn=GEORGE ANGNES:68097760959
Dados: 2023.04.12 11:15:32 -03'00'